

3

O Conceito de Desenvolvimento: origens, perspectivas e debates

É amplamente reconhecido que desenvolvimento, enquanto um ideal a ser seguido ou uma área de estudo, tornou-se uma temática marcante principalmente no pós Segunda Guerra Mundial, diante do contexto de descolonização e de amplas transformações políticas e econômicas no cenário internacional. No entanto, a preocupação pós 1945 com o desenvolvimento, institucionalizada na agenda global com a criação de diversas agências e organizações internacionais, deve ser entendida a partir de um olhar para a história das ideias, dos debates e tensões conceituais que perpassam a construção do desenvolvimento enquanto conceito e área de estudo. Nesse sentido, o desenvolvimento não é abordado neste trabalho como um produto do fim da Segunda Guerra Mundial, mas como uma noção que, apesar de ter ganhado maior destaque na agenda internacional no pós-guerra, é fruto de um processo de evolução histórica de ideias e instituições que se desenvolveram ao longo de vários séculos, principalmente no mundo ocidental.

Considerando que desenvolvimento é um discurso situado em espaço e tempo específicos, capaz de criar um conjunto de pensamento e ação política, este capítulo pretende trabalhar de maneira sistemática as principais teorias e debates que ao longo da história contribuíram para a formação do conceito de desenvolvimento, esclarecendo o processo de evolução deste tema, que posteriormente veio a se tornar uma preocupação em escala global. Este capítulo pretende oferecer um arcabouço teórico capaz de elucidar a questão de como o desenvolvimento veio a se constituir como um discurso que permitiu a criação de certos conceitos, teorias e práticas ao longo da história.

3.1

O Iluminismo e a Ideia de Progresso

Desenvolvimento é uma das mais antigas e poderosas noções que perpassa a vida política e social no mundo ocidental, grande parte do que é estudado em

ciências sociais está de alguma maneira relacionada à questão do desenvolvimento. Robert Nisbet (1969) entende que a noção de desenvolvimento não deve ser encarada como um conceito rígido, passível de ser provado e explicado por meio da racionalidade científica, mas sim como uma metáfora. Muitas das concepções de mundo são criadas a partir de imagens e entendimentos que muitas vezes são sintetizadas por meio de metáforas, e nesse sentido, a metáfora do “*desenvolvimento*” é uma das mais poderosas no pensamento ocidental, responsável por consolidar uma estrutura de pensamento que, em certa medida, perpassou os povos gregos, a sociedade cristã e culminou como base de formação do mundo moderno.

Autores como Robert Nisbet (1969) e John Bury (1955), dois dos principais estudiosos que trabalham a construção histórica e sociológica da noção de desenvolvimento da sociedade humana, buscam na história antiga as bases constitutivas do pensamento desenvolvimentista, ressaltando a importância dos gregos e da sociedade cristã para na construção da ideia de progresso das civilizações. No entanto, é reconhecido pelos autores que a ideia de progresso aparece de maneira mais substancial nos séculos XVII e XVIII, no contexto iluminista, tornando-se base fundamental do pensamento moderno e uma das principais bases de sustentação da noção de desenvolvimento.

A filosofia da ciência pode ser considerada o campo por meio do qual a ideia de progresso veio a se desenvolver (Nisbet, 1969; Bury, 1955). Foi durante os séculos XVII e XVIII que grandes transformações na filosofia da ciência influenciaram as maneiras de buscar o conhecimento sobre as coisas. O cartesianismo e a busca pelo conhecimento puro são apontados por Nisbet como duas das principais transformações na estrutura de pensamento da época que contribuíram para que o conhecimento fosse entendido como algo cumulativo e progressivo, ou seja, cria-se a noção de que o conhecimento gerado no século XVII era superior ao dos séculos passados, e a tendência era a permanente evolução. Posteriormente, a ideia de progresso se moveu de uma compreensão sobre o acúmulo do conhecimento para uma visão mais ampla, que incluía os governos, a economia e as instituições sociais de uma maneira geral. Como afirma Nisbet: “*the philosophers of the eighteenth century set the idea of progress more widely in the context of civilization rather than knowledge alone, just as in the*

nineteenth century the idea was cast in terms of society or culture” (Nisbet, 1969, p.115).

Apesar das origens na antiguidade ressaltadas por Nisbet, foi durante o Iluminismo que a idéia de progresso ganhou ímpeto, tornando-se algo entendido como natural, como uma tendência inerente à vida humana. O século das luzes foi responsável pela consolidação da ciência e da razão como os motores do avanço da humanidade, por meio da ciência e da razão o homem poderia ser livre e evoluir. A definição de Iluminismo sugerida por Immanuel Kant ressalta bem o ideal que estava sendo disseminado na época:

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (Kant, 1784, p.1).

Nesse sentido, a filosofia iluminista possui uma confiança extrema na razão humana, propõe um uso crítico da razão voltada para a libertação em relação aos dogmas metafísicos, aos preconceitos morais, às superstições religiosas, às relações desumanas e tiranias políticas. A libertação por meio do uso crítico da razão possibilitaria experiências de autonomia. O progresso passa a ser entendido como uma lei que move a sociedade humana, grandes filósofos como Adam Smith e Rousseau argumentavam que as reformas necessárias na sociedade eram medidas inerentes à natureza progressiva da sociedade humana. Dentre os filósofos marcantes deste contexto, vale destacar a obra de Marquis de Condorcet: *Sketch for a Historical Picture of the Progress of the Human Mind* (1775), uma das mais importantes abordagens no sentido de colocar o progresso humano como pilar central no pensamento da época. Para o autor, era possível conhecer todos os fatos do mundo natural por meio do acúmulo de conhecimento, e esse movimento teórico poderia ser aplicado para o conhecimento do mundo social e político. A existência humana não é concebida como algo passível de ser definida de maneira exata, desse modo, o progresso da raça humana seria algo contínuo ao longo da existência:

[...] nature has set no term to the perfection of human faculties, that perfectibility of man is truly indefinite; and that the progress of this perfectibility, from now onwards independent of any power that might wish to halt it, has no other limit than the duration of the globe upon which nature has cast us. This progress will doubtless vary in speed, but it will never be reversed as long as the earth occupies its present place in the system of the universe [...]. (Condorcet, 1795, in Nisbet, 1969, p.120).

Percebe-se a defesa de uma visão de mundo em que o progresso da civilização humana é entendido como uma característica inalterável da mente humana, no entanto, faz-se necessário que o homem busque se organizar a partir de uma visão de sociedade que transcenda as diferenças culturais, raciais, religiosas e de gênero. A partir desse movimento o progresso da civilização humana estaria garantido. Nesse sentido, é durante o século XVIII que a noção de progresso se consolida como uma ideia que está relacionada à possibilidade de melhorar as condições de vida humana a partir de incrementos em tecnologia, do desenvolvimento da ciência e de mudanças no padrão de organização social. Além disso, deve-se ainda destacar a noção de contínua evolução: a sociedade humana progride, está progredindo e continuará a seguir este caminho. A humanidade move-se obrigatoriamente para um destino melhor. Seguindo a noção sugerida por Bury (1955), a ideia de progresso pode ser entendida como uma síntese do passado e uma profecia do futuro. Desse modo, tem-se que progresso é uma noção calcada fundamentalmente em uma compreensão de tempo que se desloca de maneira unilinear.

A ideia de progresso está diretamente relacionada à noção de evolução social, que começa a se destacar de maneira mais substancial em meados do século XIX, período em que a obra de Darwin, “*A Origem das Espécies*”, é publicada e coloca o conceito de evolução em destaque nos debates teóricos da época. Além disso, é nesse período que é disseminado no meio político e filosófico palavras como “etapas”, “avanços” e “desenvolvimento”, termos que se tornam cruciais diante das preocupações intelectuais da época, que tinha como ponto fundamental o processo de desenvolvimento da humanidade.

Para Bury (1955), a publicação da obra de Darwin inicia um novo momento da ideia de progresso, trazendo a questão da evolução como grande ponto a ser trabalhado. O autor ressalta que evolução é um conceito neutro,

puramente científico, que não exprime noção de otimismo ou pessimismo. No entanto, Darwin admite o caráter benéfico da evolução ao argumentar que todo o processo de seleção natural opera exclusivamente para o bem de cada espécie, e nesse sentido, toda esfera corporal e ambiental tende a progredir para a perfeição. Nesse sentido, a ideia de evolução na natureza começa a ser trabalhada juntamente com a ideia de progresso, culminando com a noção de evolução social. Nisbet (1969) ressalta que a teoria da evolução social não é uma mera adaptação da obra de Darwin, embora o autor reconheça que a após a publicação da obra *A Origem das Espécies*, a noção de evolução social tenha ganhado maior ímpeto nas discussões da época. Para o autor, existem ainda diferenças marcantes entre a teoria da evolução social e a evolução natural trabalhada por Darwin, deste modo, seria um erro trabalhar com o conceito de evolução social como um subproduto da obra de Darwin, além disso, autores como Comte, Condorcet e Spencer já trabalhavam a noção de evolução no âmbito da vida social antes da publicação de Darwin.

No intuito de delimitar as bases que sustentam a teoria da evolução social, Nisbet ainda destaca as principais premissas desta teoria, e essas parecem ser elucidativas para a compreensão do pensamento desenvolvimentista que veio a se consolidar no século XX. A primeira premissa destacada pelo autor é que o *a mudança é entendida como algo natural*, a grande maioria dos teóricos evolucionistas argumentam que a mudança é algo inerente ao tempo, e mesmo as coisas que parecem fixas, são apenas aparentes.¹ A mudança é, portanto, natural nas estruturas sociais. A segunda premissa é que a *mudança é direcional*, ou seja, a mudança é entendida como um processo que possui começo, meio, fim, e uma direção no tempo. Comte argumentava a respeito do sentido da evolução do conhecimento humano, que passava pelo conhecimento religioso, metafísico e chegava ao conhecimento positivo. Marx argumenta sobre a direção da evolução econômica, que começa com a acumulação primitiva do capital, passando pelo capitalismo até chegar ao comunismo. Toqueville discorria sobre as mudanças política, que culminava com a consolidação do regime democrático. Assim,

¹ Esta discussão está relacionada com idéia de ordem e mudança. Seguindo Comte, o argumento é que há uma falsa dicotomia entre as duas noções. A mudança deve ser entendida como algo que acontece por meio de altos níveis de ordem. Apesar de muitos teóricos separarem estas duas noções, Comte ressalta que estas devem ser entendidas de maneira conjunta, “*Order is order-in change*” (Nisbet, 1969).

independente do ente social sob análise, predominava a idéia de direção das mudanças sociais. A terceira premissa diz que a *mudança é imanente*, Nisbet argumenta que a imanência é o ponto central de toda a teoria da evolução social. No século XVII, a idéia de progresso era entendida como algo que deriva de forças internas da existência humana, não era algo relacionado a fatores exógenos que empurram o avanço da humanidade. A noção de evolução social e desenvolvimento que se expandia no século XIX seguem esse mesmo raciocínio, mudar e desenvolver é inerente a sociedade. “[...] *human society in progressive development that comes inexorably from qualities contained within*” (Nisbet, 1969, p.172). A quarta premissa se refere à ideia de que *a mudança é contínua*, referindo-se à noção de que a mudança ocorre a partir de gradações, ou seja, existe uma progressão ascendente. A quinta diz que *a mudança é necessária*, como o desenvolvimento social é direcional, imanente e contínuo, ele é, portanto, algo necessário. O argumento é no sentido de que uma sequência de desenvolvimento é necessária para a natureza do sistema que está sendo estudado, seja o social, o político ou a biologia. Por fim, a sexta premissa destacada por Nisbet diz que *a mudança deriva de causas uniformes*. Isso não significa que em todas as áreas da vida social, política e na natureza as mudanças ocorram de maneira semelhante, no entanto, para o autor há uma uniformidade de causas fundamentais.

Fundamental nesse contexto de consolidação da ideia de progresso no pensamento político e social do mundo ocidental foi o desenvolvimento do método comparativo de análise, pois, foi através deste método que instituições e culturas começaram a ter um tratamento comparativo (Nisbet, 1969). É nesse contexto do século XIX que a história recente do mundo ocidental (*iluminismo, razão, progresso, desenvolvimento, modernidade*) começa a ser considerada como um ponto de referência para o destino da humanidade. O fato é que as especificidades culturais e institucionais do mundo ocidental começaram a ser trabalhadas a partir do método comparativo, servindo de critério para a comparação de pessoas e culturas no mundo todo. A partir do estabelecimento de linha de progresso por onde as sociedades deveriam caminhar, os termos: “civilizado”, “moderno” e “desenvolvido” começam a ganhar sentido e servir de base para a classificação das diversas sociedades e cultura no mundo. Importante destacar que o método comparativo servira não somente para o estabelecimento de

comparações entre as sociedades, mas também um julgamento sobre o desenvolvimento do próprio mundo ocidental, contrastando os elementos que já eram considerados modernos com aqueles subjugados como retrógrados. Assim, percebe-se que o método comparativo é de extrema importância no processo de consolidação do pensamento desenvolvimentista, e está ancorado fundamentalmente na aceitação da ideia de que há uma tendência evolutiva na vida humana, ou seja, as sociedades inevitavelmente progridem.

3.2 A Teoria da Modernização

A tentativa de localizar o surgimento do conceito de modernização no tempo é uma tarefa árdua, pois, o processo de constituição de ideias e conceitos se dá de maneira contínua, transcendendo as possibilidades de demarcações arbitrárias. No entanto, com objetivo de elucidar minimamente o contexto em que se desencadeou o debate sobre essa concepção, poder-se-ia dizer que este emergira de maneira mais substancial no final do século XIX e ganhara ímpeto em meados do século XX. Modernização refere-se ao suposto processo de evolução que as sociedades passam, saindo de uma condição tradicional e evoluindo para uma sociedade moderna: com alto grau de industrialização, urbanização e tecnologia (Parsons, 1964; Rostow 1975). Nesse sentido, a dicotomia *tradicional/moderno* pode ser entendida como uma das principais bases de sustentação dos teóricos da modernização. Apesar dessa tentativa de definição, a teoria da modernização é tema de constantes discussões, onde muitos teóricos criticam essa teoria por generalizações equivocadas no campo das ciências sociais. Apesar das divergências teóricas sobre o tema, é inegável a influência dessa teoria em disciplinas como a história, ciência política, sociologia e economia no século XX. Mesmo no século XXI, a teoria da modernização continua a exercer seu papel de destaque e os debates em torno do que seria modernização e como alcançá-la ainda possuem profundas divergências teóricas.

A ideia de progresso e de evolução social está diretamente relacionada a noção de modernização e sua difusão no pensamento teórico do século XX. Como mencionado na seção anterior, a filosofia iluminista e a ideia de progresso estavam presentes nas principais discussões teóricas nos séculos XVIII e XIX, e,

embora houvessem peculiaridades nas obras dos principais teóricos do período e até mesmo críticas a esse modo de entender a sociedade, a grande maioria dos autores compartilhava do ideal iluminista e entendiam o progresso como motor da humanidade. Dentre os autores que seguiam em grande medida a perspectiva iluminista e entendiam que a humanidade avançava no sentido gradual do seu aperfeiçoamento, cabe salientar os trabalhos de Émile Durkheim e Talcott Parsons, pois, ambos os autores discutiram conceitos e ideias importantes para a compreensão do fenômeno que denominamos acima de evolução social e para compreendermos as raízes filosóficas e históricas da teoria da modernização.

Durkheim é tradicionalmente relacionado ao conceito de funcionalismo, devido a sua argumentação de que a interdependência entre as instituições de uma sociedade é fundamental para a manutenção da unidade social. Segundo o autor, a diferenciação social é a principal característica das sociedades modernas, ou seja, as sociedades mais desenvolvidas possuem maior complexidade nas funções exercidas pelo corpo social, e por isso, o autor atribui às sociedades modernas uma predominância da consciência individual em relação à coletiva. No entanto, a argumentação em Durkheim se distancia do individualismo presente no liberalismo econômico, onde a ação econômica é entendida como o fundamento da sociedade. Em Durkheim, a divisão do trabalho é o principal mecanismo de sustentação da ordem social.

Na obra “*Da Divisão do Trabalho Social*”, Durkheim trabalha o conceito de solidariedade orgânica como a principal responsável por manter a ordem social. Na visão funcionalista do autor, a dinâmica social é equiparada ao funcionamento de um organismo biológico, onde cada órgão tem uma função e depende dos outros para sobreviver, desse modo, se cada membro da sociedade exercer uma função específica por meio da divisão do trabalho, cada indivíduo além de ser coagido por uma gama de direitos e deveres, também sentirá a necessidade de se manter coeso ao outros (*coesão social*).² A função da divisão social do trabalho é, portanto, integrar o corpo social, e é entendida como uma condição de existência da sociedade organizada, uma necessidade. Nesse sentido, percebe-se que para o autor a consciência individual é formada socialmente, e

² Na obra de Durkheim, os laços que unem os membros entre si e ao próprio grupo constituem a solidariedade, que pode ser mecânica ou orgânica. A solidariedade orgânica é esta que deriva da divisão do trabalho, e é responsável por assegurar a unidade e a coesão social (Durkheim, 1999).

assim, a complexificação da sociedade não acarreta no rompimento dos laços sociais, mas na sua transformação. A divisão social do trabalho não provoca a desintegração da sociedade, mas um novo tipo de solidariedade que mantém o corpo social coeso.³ Deste modo, tem-se que para Durkheim, as sociedades primitivas são aquelas em que ainda prevalece a solidariedade mecânica, enquanto que as sociedades modernas compartilham de uma solidariedade orgânica derivada da divisão do trabalho. Percebe-se, portanto, que o entendimento social de Durkheim se insere no contexto das ideias evolucionistas que se disseminaram no século XIX. O ponto central do autor nessa obra pode ser entendido como um esforço para descrever e explicar os estágios de desenvolvimento da solidariedade social, que possui uma dimensão nas sociedades primitivas, e outra mais complexa nas sociedades modernas.

A perspectiva funcionalista e a ideia de estágios evolutivos na sociedade seguiu como um entendimento bastante difundido na sociologia e ganhou destaque no século XX com o trabalho de Talcott Parsons. Com base na teoria evolucionista de Darwin, o autor desenvolve um argumento organicista para explicar o caráter evolutivo das sociedades. Parsons (1964) destaca que assim como há um potencial evolutivo biológico no homem, há também um potencial para a evolução da cultura e da sociedade. O conceito de adaptação utilizado por Darwin, referindo-se ao ajuste mais satisfatório das espécies às condições impostas pela natureza, continua sendo a base da argumentação de Parsons na sua tentativa de explicar o caráter progressivo da evolução humana.⁴ Para o autor, existe uma complexa estrutura que processa o desenvolvimento do homem e aumenta sua capacidade adaptativa, fazendo com que a humanidade progrida em termos sociais e culturais. Nesse sentido, Parsons aponta quatro características essenciais das sociedades humanas que são pré-requisitos para o desenvolvimento sócio-cultural: *technology, kinship organization based on a incest taboo, communication based on language, and religion* (Parsons, 1964, p.356). O autor vai ainda mais além, descrevendo as bases fundamentais para o desenvolvimento de uma estrutura social baseada em relações mais complexas, que para ele seria a

³ Com exceção das formas anormais, em que a divisão do trabalho não produz solidariedade. Ver Durkheim (1999), Livro III, capítulo I.

⁴ Ver Darwin (2001).

sociedade moderna. Os elementos fundamentais para estruturar uma sociedade moderna seriam: *bureaucratic organization of collective goal-attainment, money and market systems, generalized universalistic legal systems, and the democratic association with elective leadership and mediated membership support for policy orientations* (Parsons, 1964, p.356).

É a partir desses elementos e sua interação com o corpo social que Parsons distingue três estágios de evolução na sociedade: *o primitivo, o arcaico e o moderno* (Parsons, 1969). Os critérios para tal divisão têm como marco fundamental o desenvolvimento dessas estruturas normativas no interior das sociedades, e nesse sentido, a linguagem e as leis ganham destaque na perspectiva do autor. A transição da sociedade primitiva para a sociedade arcaica tem como base o desenvolvimento da linguagem; já a passagem para a sociedade moderna está ancorada no desenvolvimento e institucionalização do sistema legal.⁵

A análise da sociedade baseada em estágios de evolução torna-se, portanto, uma constante em grande parte do debate teórico nas décadas de 50 e 60 do século XX. Dentre os autores que seguiam esta linha de análise, vale ainda destacar o trabalho de Walt Rostow, um dos autores que é mais constantemente associado à teoria da modernização. Embora o autor concentre sua argumentação nas dimensões econômicas da vida social, diferenciando-se da perspectiva de Parsons, onde a linguagem e as leis possuem destaque, a base fundamental de argumento ainda pode ser interpretada de maneira análoga: as sociedades progridem e podem ser analisadas a partir de diferentes estágios em que se encontram na linha de evolução. Em uma de suas principais obras: *“Etapas do Desenvolvimento Econômico”*, o autor argumenta que seria possível enquadrar todas as sociedades dentro de cinco categorias principais: *“sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa”* (Rostow, 1971, p.16).

A *sociedade tradicional* é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseada em uma ciência e tecnologia pré-newtoniana. Devido à limitação na produtividade, a maior parte dos recursos é

⁵ De acordo com Parsons (1969), enquanto que a linguagem facilita a independência do sistema cultural com relação às exigências mais condicionais da sociedade; o direito, quando desenvolvido até o nível exigido, facilita a independência dos componentes normativos da estrutura societária com relação às exigências dos interesses políticos e econômicos, bem como com relação aos fatores pessoais, orgânicos e do ambiente físico que atuam por meio de tais exigências.

destinada a agricultura, sendo a família e os clãs as principais formas de organização social. O segundo estágio de desenvolvimento é o período em que as *condições para o desenvolvimento (arranco)* começam a se estabelecer. O autor acredita que isso tenha acontecido nos séculos XVII e XVIII, com os avanços introduzidos pela ciência e empregados tanto na agricultura quanto na indústria. Nesse período nascem os bancos, as instituições financeiras, investimentos em transporte, infra-estrutura e educação. No entanto, tudo isso ainda opera de modo limitado, com baixa produtividade em uma sociedade ainda organizada por valores tradicionais. A terceira fase, o *arranco*, é para o autor o período em que as resistências ao desenvolvimento são enfim superadas. Neste período tem-se um elevado surto de evolução tecnológica, tanto na indústria quanto na agricultura. A quarta fase, denominada *marcha para a maturidade*, refere-se à etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente proporcionaram a possibilidade do arranco. Para Rostow (1971), a partir do arranco, faz-se necessário cerca de 60 anos para que uma sociedade chegue à maturidade. Finalmente, a quinta e última etapa, denominada a *era do consumo em massa*, os setores líderes da economia transferem-se para os produtos de consumo duráveis e para os serviços. A renda mínima das pessoas aumenta de maneira que possibilita o consumo para além das necessidades básicas, alavancando ainda mais a economia. Rostow (1971) acredita que o mundo pós-fordista comece a apresentar essas características, no entanto, ressalta que após a Primeira Guerra houvera modificações significativas, e somente após a Segunda Guerra é que o desenvolvimento alcançara sua conclusão lógica, com Japão e Europa entrando plenamente nessa última etapa, e a URSS estando tecnicamente apta para chegar a esse estágio.

Como fora mencionado anteriormente, definir a teoria da modernização a partir de um conjunto fixo de conceitos e proposições é uma tarefa complexa, pois essa teoria é composta por diferentes vertentes e pressupostos. No entanto, a partir do exposto acima, podemos dizer que a teoria da modernização possui três movimentos básicos: (i) identificação de tipos de sociedades e como estas se diferem uma das outras; (ii) especificação de como as sociedades se modernizam, destacando os fatores que são mais importantes para o desenvolvimento; (iii) generalizações sobre como uma sociedade moderna mantêm-se coesa, trabalhando com comparações entre os estágios de modernização em diferentes sociedades. Na

verdade, esse entendimento da sociedade não é algo inteiramente novo nas discussões teóricas, como foi visto, durante o iluminismo já era discutido algo no sentido da evolução linear da sociedade, o fato é que, principalmente em meados do século XX, esse tema passou a ser estudado a partir de um profundo rigor analítico, colocando-o em destaque nas ciências sociais e também no meio político.

O termo *moderno* é bastante antigo e fora apropriado de uma maneira bastante específica para a construção da ideia de modernização como uma oposição ao tradicional e como um estágio superior de organização social. Quando o termo surgiu inicialmente, na Europa do século XVI, o termo era utilizado em oposição a antiguidade. No século XIX passou a ter uma conotação de contemporaneidade e somente no século XX, o termo começa a se consolidar com um viés de positividade, significando melhoria e eficiência. Como fica evidenciado na obra de Parsons (1969) e Rostow (1971), o discurso americano sobre a modernidade é contrastado com a ideia de “tradição”, onde o tradicional é muitas vezes operacionalizado como um empecilho para as mudanças, uma resistência para a modernização (progresso) das sociedades. Pieterse (2001) ressalta que no contexto do Renascimento, onde termo *moderno* emergira, sua conotação era muito mais complexa do que o discurso centrado na simples dicotomia tradicional/moderno. Por conseguinte, a teoria da modernização que hoje é amplamente difundida na academia é predominantemente um discurso americano.

Embora tenhamos discutido algumas vertentes da teoria da modernização, vale salientar que a definição de como modernizar-se ou quais características são fundamentais numa sociedade moderna são variáveis. Alguns autores concentram-se na análise de fatores estruturais, como níveis de educação, urbanização, tecnologia, outros se concentram em aspectos culturais e formas de organização social. Apesar das possíveis variações sobre como se modernizar, é notório nas principais abordagens que o modelo de organização social ocidental é a base fundamental para a construção da dicotomia tradicional/moderno, e este fato se torna ainda mais marcante no final do século XX, quando as instituições políticas começaram a se tornar um fator importante de comparação entre sociedades, e nesse contexto, o modelo ocidental de democracia-liberal se tornou de maneira mais evidente o padrão político-social a ser seguido para a consolidação do

processo de modernização em escala global. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento é ancorada num sistema de conhecimento denominado: sistema de conhecimento ocidental (Escobar, 1995). O predomínio desse sistema marginalizou e desqualificou outras possíveis interpretações sobre a sociedade e o processo de mudança social. Esta constatação é importante, pois, traz a tona um tema importante que é a relação saber/poder. Toda verdade nada mais é do que uma manifestação da relação entre poder e conhecimento, e nesse sentido, as concepções de desenvolvimento ao longo da história podem ser entendidas como uma manifestação de poder, como um exercício de hegemonia, que reproduz certos discursos em detrimentos de outros.

3.3

Alternativas ao Discurso da Modernização: Teoria da Dependência

O discurso da modernização é de fato o discurso que se tornara dominante nos debates teóricos e na agenda política em meados do século XX, no entanto, não era a única voz ressonante nos debates da época. Dentre as críticas e alternativas que ganharam destaque no período, vale destacar a contribuição da teoria da dependência, uma das principais teorias desenvolvidas na periferia do mundo. Enquanto a teoria da modernização entende o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como uma diferença interna dos países, que se encontram em diferentes estágios no processo de evolução, a teoria da dependência entende esta dicotomia como algo relacional. A perspectiva vai de encontro a premissa de que todas as sociedades passam pelos mesmos estágios de evolução, portanto, os países mais atrasados se encontrariam hoje na mesma situação em que as nações evoluídas se encontravam no passado, e por isso, a opção seria seguir o caminho comum para o desenvolvimento, adotando uma série de medidas como: investimento, tecnologia e integração aos mercados globais. Os teóricos da dependência rejeitam esta concepção, argumentando que os países mais pobres não são apenas versões primitivas dos países ricos, mas, encontram-se na condição de pobreza devido a características particulares dos próprios países e a condicionamentos estruturais (Di Marco, 1972).

Uma das primeiras manifestações teóricas que argumentavam sobre a dependência estrutural dos países pobres em relação aos países ricos foi o trabalho

de Raúl Prebisch. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 no âmbito das Nações Unidas foi o ambiente institucional onde Prebisch lançou um dos primeiros trabalhos sobre a relação desigual do comércio internacional e seus efeitos sobre os países periféricos. Em “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”, texto apresentando pelo autor na Conferência de Havana em 1949, Prebisch argumenta que a situação de dependência dos países pobres em relação aos ricos na economia global faz com que a condição de pobreza se perpetue ou até mesmo se acentue. Para o autor, os benefícios da divisão internacional do trabalho havia se concentrado nos países centrais, não atingindo a periferia do mundo, deste modo, o autor critica a premissa de que a divisão internacional do trabalho seria capaz de alocar os benefícios do comércio mundial de maneira equilibrada:

La falla de esta premisa consiste en atribuir carácter general a lo que de suyo es muy circunscrito. Si por colectividad sólo se entiende el conjunto de los grandes países industriales, es bien cierto que el fruto del progreso técnico se distribuye gradualmente entre todos los grupos y clases sociales. Pero, si el concepto de colectividad también se extiende a la periferia de la economía mundial, aquella generalización lleva en sí un grave error. Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países.

[...] Existe, pues, manifiesto desequilibrio, y cualquiera que fuere su explicación o el modo de justificarlo, se trata de un hecho cierto, que destruye la premisa básica en el esquema de la división internacional del trabajo. (Prebisch, Cepal, 1949).

A grande razão para tal acontecimento seria a deterioração dos termos de troca, conceito que se refere aos desequilíbrios gerados devido a exportação de produtos primários pelos países periféricos, e a importação de produtos industrializados. Como os produtos primários possuem baixo valor agregado, os países periféricos teriam que exportar uma quantidade enorme de produtos para compensar os gastos com as importações de produtos com alto valor agregado. Esta situação faz com que os benefícios do comércio internacional concentrem-se nos países centrais, que por possuírem maior produtividade e tecnologia, exportam produtos de alto valor. Esta argumentação de Prebisch pode ser considerada uma das primeiras manifestações do que se convencionou chamar posteriormente de teorias da dependência, que apesar de não ser formada por um

corpo teórico homogêneo, possuem a premissa básica de que o intercâmbio desigual de mercadorias não permite que os países periféricos obtenham os recursos necessários para seu desenvolvimento, perpetuando a condição de atraso em relação aos países centrais.

A CEPAL foi importante para o desenvolvimento do conjunto de ideias que estava sendo produzido na periferia do mundo na medida em que fornecera um ambiente institucional onde as teorias puderam ser organizadas e debatidas de maneira mais sistemática. Nesse sentido, a CEPAL difundiu um conjunto de perspectivas e ideias a respeito das possibilidades e obstáculos do desenvolvimento latino-americano, tornando-se uma instituição mundialmente reconhecida como o seio do pensamento econômico latino-americano. No entanto, como fora dito anteriormente, o pensamento desenvolvimentista que crescera na periferia durante as décadas de 50 e 60 não formavam um corpo homogêneo, possuindo diferenças significativas sobre quais seriam as melhores políticas para fomentar o desenvolvimento e a modernização na periferia. Raúl Prebisch, assim como o brasileiro Celso Furtado e outros cepalinos, defendia um projeto de modernização através do modelo de substituição de importação.⁶ Por outro lado, muitos dos teóricos da dependência, como Gunder Frank⁷ e Samir Amim⁸, argumentavam que este projeto não seria suficiente para acabar com a situação de atraso e dependência dos países periféricos em relação aos países centrais. Para estes autores, o desenvolvimento dos países centrais, era o ponto crucial para a permanência do subdesenvolvimento na periferia, pois, através do intercâmbio desigual, se produzia um mecanismo constante de extração do excedente produzido na periferia, que para estes teóricos, pode ser entendido como uma espécie de exploração internacional. Sendo assim, o modelo de desenvolvimento deveria ser ancorado na ativa participação do Estado, visando à acumulação de riquezas no interior do país e resistindo as pressões do capital internacional.⁹

⁶ Ver Furtado, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

⁷ Ver Frank, G. *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-americano*. *Monthly Review*, vol 18, nº 5, 1966.

⁸ Ver Amin, S. *Imperialismo e Desenvolvimento Desigual*, São Paulo. Editora Vértice, 1987.

⁹ Pode-se dizer que enquanto Raúl Prebisch e Celso Furtado filiam-se mais claramente ao pensamento keynesiano, outros teóricos da dependência como Gunder Frank e Samir Amim seguem a proposta marxista-leninista, adotando um tom mais revolucionário no discurso sobre as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos (Messari e Nogueira, 2005).

Desse modo, tem-se que o pensamento cepalino e os teóricos da dependência em geral aparecem como uma alternativa ao discurso da teoria da modernização, argumentando que a situação dos países periféricos é bastante diferenciada da situação dos países centrais, não sendo possível percebê-los apenas como sociedades que se encontram em estágios iniciais de evolução. A menor capacidade de acumulação de riqueza nos países periféricos devido ao comércio desigual faz com que a saída seja a construção de políticas específicas para o contexto destes países, possibilitando assim, a acumulação de riqueza e o desenvolvimento.

3.4 A Consolidação do Discurso Desenvolvimentista

Nas seções anteriores, buscamos trabalhar a construção histórica e sociológica do desenvolvimento, destacando algumas das principais ideias e perspectivas que perpassam o processo de construção do conceito. A ideia de progresso, a noção de evolução social e a teoria da modernização aparecem como os principais arranjos teóricos e normativos que contribuíram para a consolidação do conceito de desenvolvimento e também para a construção do desenvolvimento enquanto uma área de estudo. Na tentativa de sintetizar de maneira mais didática os principais elementos da sociologia do desenvolvimento, pode-se destacar:

- a- Desenvolvimento representa um tipo particular de mudança social, temática que embora tenha sido articulada por diferentes perspectivas, predominou o funcionalismo estrutural de Durkheim, que enfatiza o modelo de diferenciação social como dinâmica de mudança e coesão social.
- b- Desenvolvimento e modernização referem-se a um tipo particular de mudança social. Fez-se necessário uma delimitação dos pontos de início e fim desse processo. Nesse sentido, uma série de dicotomias, geralmente resumidas pela oposição tradicional/moderno, emergira no debate. Desse modo, tornou-se possível a delimitação dos estágios em que as sociedades se encontram e a comparação entre estas.

- c- A caracterização da mudança social a partir de tipos ideias como tradicional/moderno traz a tona a ideia de evolução, sendo esta racionalidade evolutiva que se destaca no pensamento sociológico do século XIX, fazendo da noção da evolução social uma das principais teorias para se estudar o processo de mudança nas sociedades.

- d- Por fim, o desenvolvimento constitui-se como uma noção que trata das mudanças sociais com base na ideia de evolução de uma sociedade primitiva para a sociedade moderna. Apesar das críticas e propostas alternativas como a teoria da dependência, esse é o modelo de pensamento sobre desenvolvimento que se tornou o discurso dominante no século XX. Por conseguinte, o discurso do desenvolvimento trouxera um conjunto de novas práticas para lidar com as nações ditas atrasadas, e nesse contexto, a busca pelo desenvolvimento tornou-se auto-evidente no imaginário social e político dos países centrais, uma necessidade, praticamente uma verdade universal.

Apesar de certas características e teorias terem influenciado a construção da noção de desenvolvimento de maneira mais marcante, percebe-se que o conceito está relacionado com uma diversidade de perspectivas, e dependendo do contexto em questão, o pensamento desenvolvimentista pode assumir diferentes enfoques. Nesse sentido, é mais prudente encarar o pensamento desenvolvimentista como processo de contínuo questionamento e de embate entre perspectivas, do que um conjunto rígido de ideias passível de ser encapsulado dentro de um mesmo paradigma. Jan Pieterse sintetiza bem o caráter da temática do desenvolvimento enquanto uma área de estudo: *“Development is a field in flux, with rapid change and turnover of alternatives. Precisely because of its crisis character and predicament development is a high-energy field”* (Pieterse, 2001, p.1). Além disso, Pieterse (2001) atenta para o caráter cada vez mais interdisciplinar que os estudos sobre desenvolvimento têm adquirido com o passar do tempo. Apesar das grandes teorias (teoria da modernização e teoria da dependência) serem mais tradicionalmente articuladas no pensamento desenvolvimentista, existira pouca articulação entre os estudos sobre desenvolvimento econômico, social e político. Diante das falhas e insucessos nas políticas em prol do desenvolvimento, o trabalho interdisciplinar tem ganhado

mais espaço, fazendo com que a área de desenvolvimento se torne multidimensional e de caráter mais holístico.

Nesta última seção, trataremos do conceito de desenvolvimento em si, buscando trabalhar como este veio a se tornar um fenômeno global, transcendendo as políticas internas dos Estados e transformando-se numa preocupação mundial e temática central nas discussões sobre governança global. Embora a noção de desenvolvimento nos remonte a um passado distante, como é destacado nos trabalhos de Bury (1955) e Nisbet (1969), foi no século XX que o mundo fora sistematicamente dividido em nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, e o fenômeno da pobreza passou a ser tratado de uma maneira bastante particular. Especificamente, a período pós Segunda Guerra mundial é que marca a chegada do desenvolvimento de maneira mais marcante no pensamento político e social. Argumentar que a Segunda Guerra pode ser entendida como um marco para o crescimento do pensamento desenvolvimentista não nega a antiguidade e continuidade da noção de desenvolvimento no pensamento política ocidental, como é trabalho por Bury (1955) e Nisbet (1969), apenas destaca que uma série de fatores nesse período possibilitou a consolidação mais efetiva dos estudos de desenvolvimento.

De acordo com Escobar (1995), foi justamente a maneira de lidar com o fenômeno da pobreza no contexto pós Segunda Guerra Mundial que possibilitou a emergência do discurso do desenvolvimento em escala global.

The treatment of poverty allowed society to conquer new domains. More perhaps than on industrial and technological might, the nascent order of capitalism and modernity relied on a politics of poverty the aim of which was not on creates consumers but to transform society by turning the poor into objects of knowledge and management. (Escobar, 1995, p.22).

Para o autor, houve uma mudança substancial na maneira de lidar com a pobreza, projetando o discurso do desenvolvimento como a possibilidade de resolver essa questão. Deste modo, o desenvolvimento começa a tomar conta do imaginário social e político do pós-guerra, o mundo subdesenvolvido passa a ser encarado como um grave problema, emergindo novas concepções e novas modalidades de intervenção social para lidar com as supostas deficiências destas nações. Como será explorado no quarto capítulo, o discurso do desenvolvimento

vai paulatinamente se tornando uma estratégia para normalizar o mundo, e, a partir da relação íntima com as instituições de governança, em especial a ONU, o discurso desenvolvimentista começa a se tornar um discurso normalizador, relacionando-se com a promoção da ordem no plano internacional.

Vale destacar que as discussões e as políticas em prol do desenvolvimento das nações já estavam presentes nas décadas anteriores a Segunda Guerra Mundial. A Liga das Nações já havia desenvolvido algumas iniciativas durante o processo de descolonização pelo sistema de mandatos na África e na Ásia. A política externa americana para a América Latina, embora não tenha sido um sucesso, já começara a colocar o desenvolvimento do continente em destaque desde o lançamento da política de portas abertas e da boa vizinhança na década de 20. Além disso, como fora abordado anteriormente, as discussões teóricas sobre a modernização das sociedades já eram destaques nos meios acadêmicos e políticos nas décadas de 40 e 50. Apesar disso, é possível falar numa maior emergência do discurso desenvolvimentista no pós Segunda Guerra diante da nova dinâmica de relação entre ricos e pobres na política mundial.

Antes da Segunda Guerra e durante o conflito, a periferia do mundo era vista pelos países centrais a partir de um olhar estratégico, principalmente como fonte de matéria prima. Após a Segunda Guerra, os países periféricos passaram a integrar a economia e política mundial de maneira substancial. Nas conferências que antecederam a criação da ONU, o mundo não industrializado passou a estar presente na agenda de discussão. Importante destacar que é nesse período que as noções de *subdesenvolvimento* e *Terceiro Mundo* entram no debate político como conceito para se referir aos países não industrializados. Nos anos 50, a ideia de três mundos, países industrializados (primeiro mundo), países comunistas (segundo mundo) e países não industrializados (terceiro mundo), já estava estabelecida como a principal referência por meio dos qual o mundo era compreendido.¹⁰

A ideia de três mundos nada mais é do que uma consequência da nova configuração geopolítica da Guerra Fria, que inaugurou um longo período de

¹⁰ Segundo Escobar (1995), o termo *Terceiro Mundo* foi cunhado pelo demógrafo francês Alfred Sauvy em analogia ao terceiro estado que existia no período da Revolução Francesa. Mesmo após o fim do bloco comunista, os termos primeiro e terceiro mundo ainda continuaram como o principal termo de representação das diferenças econômicas e sociais entre os países ricos e pobres do mundo.

disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. O contexto de Guerra Fria foi sem dúvida um dos fatores mais importantes para que a estratégia do desenvolvimento ganhasse maior ímpeto no cenário político mundial. A rivalidade entre o mundo ocidental e a ameaça comunista permitiu que a política do desenvolvimento se consolidasse de maneira mais efetiva, inicialmente como um plano de reconstrução da Europa e posteriormente na direção do Terceiro Mundo. Como argumenta Escobar:

The confrontation between United States and the Soviet Union thus lent legitimacy to the enterprise of modernization and development; to extend the sphere of political and cultural influence became an end in itself. (Escobar, 1995, p.35).

É nesse contexto que o desenvolvimento aparece como o discurso capaz de modernizar as sociedades, uma força capaz de destruir os modelos tradicionais de organização. Desse modo, o discurso do desenvolvimento deu início a uma série de práticas e intervenções em prol da modernização das sociedades. A institucionalização do discurso do desenvolvimento ocorreu em diversos níveis da estrutura política mundial, passando pelas organizações internacionais, agências nacionais, ONG's e grupos de voluntariados. Este processo de institucionalização contribui para a criação de uma vasta rede de poder/conhecimento que permitiu a estruturação e consolidação do discurso do desenvolvimento e um conjunto de novas práticas.

Desenvolvimento, portanto, trouxe uma nova maneira da sociedade entender os processos de mudança social. Como argumenta Escobar (1995), ao invés de entender as mudanças sociais como um processo que está relacionado à história e cultura de cada sociedade, o discurso do desenvolvimento que se consolidou de maneira predominante no pensamento político ocidental acredita na capacidade de promover estratégias para transformar as sociedades em modelos pré-existentes, definidos a priori, alheio as especificidades locais. É devido a esse ponto que existe uma ampla crítica ao discurso desenvolvimentista e a atuação das organizações internacionais. Muitos argumentam que a atuação das organizações internacionais e das estratégias de governança de maneira geral podem ser entendidas como uma estratégia *top-down* e etnocêntrica, que se vincula a reprodução do modelo de organização social ocidental no resto do mundo.